

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.676 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2003

Aprovado benefício a trabalhador de cooperativa

Plenário acolhe concessão de aposentadoria especial para associados a cooperativas de trabalho e de produção. Proposta retorna ao exame dos deputados. Outras medidas provisórias devem ser votadas para destrancar pauta do Senado



José Cruz

Entre Alcione e Martinho da Vila, presidente do Senado diz que proposta deve ser examinada ainda neste semestre

Sarney promete votação de projeto contra pirataria

PÁGINA 8

A proposta aprovada volta à Câmara porque recebeu emendas no Senado. Outro projeto de conversão e três medidas provisórias devem ser votados pelo Plenário para destrancar a pauta e permitir a tramitação de diversas propostas já incluídas. O projeto de conversão que transfere trechos de estradas federais para os estados não foi votado porque os líderes ainda negociavam compensações aos governos estaduais.

PÁGINA 2

**Paim, Virgílio e
Mercadante
analizam 100
dias de governo**

PÁGINA 3

Dilma Rousseff (ao lado de José Jorge) foi questionada pelos senadores sobre temas como preço do gás, horário de verão e garimpo

Ministra admite fragilidade no setor elétrico

As circunstâncias que levaram ao racionamento iniciado em 2001 ainda persistem, mas há diversos projetos em estudo que buscam expandir a geração de energia. A afirmação foi feita pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Senadores destacaram que é preciso prevenir crise no setor.

PÁGINA 7



Jane de Araújo

Aprovada aposentadoria especial para trabalhadores de cooperativas

Projeto de conversão acolhido ontem volta ao exame da Câmara dos Deputados, devido a alterações no texto por cinco emendas do relator, senador Romero Jucá



Rosairel Pinheiro

Cuiabá é uma bela cidade que vivencia muitos problemas, diz Serys

Serys celebra os 284 anos de Cuiabá

Os 284 anos de fundação de Cuiabá, comemorados ontem, foram lembrados pela senadora Serys Shessarenko (PT-MT), que leu poema de Sebastião Barbosa, o qual faz uma retrospectiva de personalidades da capital de Mato Grosso. Com cerca de 500 mil habitantes, Cuiabá é uma bela cidade que vivencia uma série de problemas, afirmou a senadora.

Apesar das dificuldades, disse Serys, pesquisa feita pelo Instituto Vetor atesta que 87% dos cuiabanos se disseram satisfeitos em morar na cidade e 64,2% afirmaram que jamais a trocariam por outra. De acordo com a senadora, a pesquisa aponta, entre os principais problemas de Cuiabá, a segurança pública (37,6%), o desemprego (12,8%), a saúde (12%) e o saneamento básico.

Serys também fez um apelo para que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso derrube o veto do governador Blairo Maggi a projeto de sua autoria, aprovado em seu último mandato como deputada estadual, que reduz a 17% o ICMS relativo a energia.

O Senado aprovou o projeto de conversão da medida provisória (MP) que cria a aposentadoria especial para trabalhadores ligados a cooperativas de trabalho e de produção. O projeto voltará ao exame da Câmara porque recebeu do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), cinco emendas.

Pelo texto aprovado, a empresa que contratar serviços de cooperativa de trabalhadores terá que pagar contribuição previdenciária adicional de 9%, 7% ou 5% para cada cooperado, incidente

sobre o valor da prestação de serviços, nos casos em que a atividade do trabalhador permita a concessão de aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos.

A contribuição adicional da cooperativa de produção será de 12%, 9% ou 6%. Pela MP, cooperativa de produção é aquela em que os associados contribuem com serviços para a produção comum de bens, quando a cooperativa detém os meios de produção. O senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu tratamento especial para cooperativas

médicas e de transporte, mas não foi atendido.

O projeto de conversão à Medida Provisória nº 82, que transfere trechos de estradas federais para estados e Distrito Federal, não foi votado porque os líderes estão negociando compensações para os estados que realizaram obras em rodovias federais. Outras três medidas provisórias aguardam votação: duas tratam de abertura de crédito extraordinário em favor de ministérios e a terceira cria cargos no setor público.

ACM depõe terça-feira sobre escuta telefônica na Bahia

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) marcou para a próxima terça-feira, às 17h, o depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre as escutas telefônicas ilegais feitas pela Secretaria de Segurança da Bahia. Ele foi apontado pelos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e Weiller Diniz, da revista *IstoÉ*, como responsável pela interceptação clandestina de ligações telefônicas de cerca de 200 pessoas.

O anúncio da data do depoimento foi feito ontem pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), presidente do conselho. Ele afirmou que Antonio Carlos deve-

rá ser o último a depor nessa fase de investigação sumária do suposto envolvimento do senador nas escutas ilegais.

Juvêncio disse que o relator do caso, Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), deve apresentar suas conclusões no prazo regimental de 30 dias, ou seja, até 22 de abril. Não será necessário, afirmou Juvêncio, ouvir testemunhas que já tenham falado à Polícia Federal, uma vez que os depoimentos estão à disposição dos senadores.

— Este não é um processo de cassação, e sim uma fase de investigação sumária, na qual não cabe ainda a ampla defesa — ex-



Márcio Kalume

Juvêncio espera que seja um "depoimento explicativo e que satisfaça aos senadores"

plicou Juvêncio da Fonseca.

O presidente do Conselho de Ética disse esperar que o depoimento de ACM sirva para formar a opinião dos senadores a respeito do episódio.

— Espero que seja um depoimento explicativo e que satisfaça aos senadores — declarou.

Patrícia participa de lançamento de livro

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) participa hoje do lançamento do livro *Adorável Comunista*, de Antonio Risério. A obra conta a trajetória política do líder comunista e ex-deputado federal baiano Fernando Sant'Anna, atu-

almente presidente de honra do PPS. O lançamento será no Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, na Câmara dos Deputados, às 18h.

Com patrocínio cultural da Odebrecht e da Link Comunicação, a biografia traz um rico pai-

nel da história política do Brasil contemporâneo, do ponto de vista da formação do comunismo. Fernando Sant'Anna conviveu com políticos como Luiz Carlos Prestes, Carlos Marighella, Getúlio Vargas e Tancredo Neves.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2003

Presidente
José Sarney

10h — Lançamento da "Conferência das Cidades", a convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. *Salão Nobre do Palácio do Planalto*

10h30 — Recebe o deputado José Mendonça Bezerra

11h — Recebe Gabriela Icaza, acompanhada de representantes do Grupo Orion, da Austrália

11h30 — Recebe o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho

12h — Recebe o embaixador Agustín Espinosa Lloveras, do Uruguai

12h30 — Recebe o presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

18h — Recebe o governador de Rondônia, Ivo Cassol, acompanhado de representantes da bancada federal do estado

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: MP nº 82/02 (transferência da União para os estados e DF de segmentos da malha rodoviária); MP nº 85/02 (crédito extraordinário); MP nº 87/02 (crédito extraordinário); MP nº 86/02 (cargos e gratificações na administração pública federal); MP nº 92/02 (crédito extraordinário); MP nº 96/02 (crédito extraordinário); MP nº 102/02 (crédito extraordinário); PLC nº 1/03 (Estatuto do Torcedor); discussão em turno único, em regime de urgência, do PLS nº 66/03 (altera a pena máxima para 40 anos; aumenta a pena para homicídios qualificados; introduz como homicídio qualificado o praticado contra magistrados, membros do Ministério Público, jurados e policiais); terceira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 21/01 (acrescenta o direito à alimentação aos direitos sociais); segunda sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC nº 1/01 (gastos com a publicidade governamental); quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 36/99 (incorporação e a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 44/99 (voto facultativo); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 31/99 (voto facultativo); discussão, em turno suplementar, do substitutivo do Senado ao PLC nº 34/02 (proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes); entre outras matérias.

COMISSÕES

10h — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

11h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Mercadante destaca apoio popular ao governo

Na opinião do senador, o índice de popularidade do presidente da República, após 100 dias de exercício do cargo, reflete o “caminho correto, seguro, maduro” que conduz o Executivo e as mudanças em curso

Hélio Costa lamenta morte de jornalistas no Iraque

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) manifestou sua preocupação e horror com o andamento da guerra no Iraque, em especial com a violência contra crianças, velhos e jornalistas. Doze profissionais já foram mortos em apenas 20 dias de conflito.



Hélio Costa, que cobriu três guerras, diz não ter visto tanto horror

– Segunda-feira, um tanque norte-americano disparou contra o Hotel Palestina, onde todos sabem que os jornalistas de todo o mundo estão concentrados. Isso é tradição nos conflitos armados, funcionando como uma proteção para esses profissionais. A explicação do comando norte-americano foi esdrúxula: o tanque estava respondendo a fogo inimigo. Será que alguém atirou da janela do hotel? – perguntou.

Como resultado dessa ação, mais três jornalistas morreram, afirmou. Para ele, o que está acontecendo em Bagdá “não tem mais lógica, se é que uma guerra alguma vez teve lógica”. Como

sempre acontece, frisou o senador, a primeira vítima é a verdade.

Hélio Costa também lamentou que a TV norte-americana não esteja mostrando as cenas mais cruentas da guerra, a seu ver, a única maneira de sensibilizar a opinião pública do país a pressionar o governo para acabar com o conflito. “Foi assim no Vietnã”, disse, recordando que, como jornalista e correspondente estrangeiro, cobriu as guerras do Vietnã, El Salvador e Líbano.

– Não me lembro de ter presenciado tanto horror como o que estou vendo nas TVs do mundo árabe. Faço um apelo para que o Senado brasileiro possa fazer algo para abreviar tanto sofrimento – concluiu Hélio Costa.

Presidindo a sessão plenária, o vice-presidente, Paulo Paim (PT-RS), associou a Mesa do Senado ao protesto contra a guerra e à solidariedade com as vítimas civis e jornalistas.

Jucá cobra redução dos preços do gás e gasolina

O senador Romero Jucá (RR), vice-líder do PSDB, ponderou em Plenário que não ocorreu a destruição de poços de petróleo no Iraque, como se previa, o que tem levado a quedas constantes no preço internacional



Romero Jucá observa que preço internacional do petróleo está caindo

do produto. Por isso, ele propôs ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que determine uma redução no preço do gás de cozinha e dos combustíveis para veículos automotores.

– A Petrobras já anunciou redução no preço do querosene de aviação e no gás natural usado

pelas indústrias. A nosso ver, tem muito mais impacto social uma redução no preço do botijão de gás e no óleo diesel. O gás de cozinha tem um peso muito grande para a população pobre. Já o diesel movimentava caminhões e ônibus urbanos – observou.

Jucá disse ter certeza de que o presidente da Petrobras, o ex-senador José Eduardo Dutra, e a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, “terão a sensibilidade de tratar a população pobre da mesma forma que estão tratando os empresários”.

Na semana em que o governo Luiz Inácio Lula da Silva completa 100 dias, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) assinalou que um dos principais indicadores de desempenho da administração petista é o índice de popularidade do presidente da República. Segundo registrou em Plenário ontem, 80% do povo brasileiro apóiam Lula.

Essa repercussão popular seria um reflexo, conforme Mercadante, do “caminho correto, seguro, maduro, que conduz o governo e as mudanças em curso”. O primeiro passo teria sido dado durante a “transição pactuada” com o governo anterior, consolidando-se com a reversão das expectativas negativas sobre a economia. Um reforço também teria vindo da estruturação de uma base de apoio parlamentar ampla e da escolha de nomes de referência para os ministérios.

– Foi montado um governo de credibilidade, amplitude, ética – afirmou o senador.

Mercadante ressaltou que o novo



Conforme Mercadante, Lula montou “um governo de credibilidade, amplitude, ética”

governo, “driblando um cenário de crise internacional, com repercussão negativa sobre a taxa de juros e os investimentos externos”, já conseguiu, neste ano, um saldo de US\$ 4 bilhões em exportações e a redução do déficit de transações em conta corrente para cerca de US\$ 5,5 bilhões. Além disso, o líder do governo destacou a queda de 2,4 mil para menos de 900 pontos na avaliação do risco Brasil e a retração na taxa de câmbio.

Para Virgílio, ação social ainda é pífia Lula mostra que país é viável, afirma Paim

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), sustentou que os bons números da economia nos três primeiros meses, festejados pelo governo Lula, são resultados da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. Ele disse que vê no atual governo “muito ufanismo” em relação à economia, e uma política social e um programa Fome Zero até agora pífijs.

– A partir de agora, os erros e acertos do governo serão creditados ao presidente Lula. Ele precisa descer do palanque – disse.

Virgílio observou que, “apesar da propaganda, a verdade é que o Brasil está parado”. Ele afirmou que o superávit da balança comercial nos primeiros meses pode desaparecer “se o país voltar a crescer”. Com o crescimento, os brasileiros irão consumir parte da produção hoje destinada ao mercado externo, e ainda haverá aumento das importações.

– Essa é a perversa armadilha colocada nas mãos do presidente Lula – avaliou.

Arthur Virgílio criticou o reajuste real do salário mínimo “de apenas 1,98%”, e disse que Lula terá de oferecer “aumentos reais acima de 20% ao ano”, nos próximos três anos, para cumprir a promessa de campanha de dobrar o poder de compra do salário mínimo.



Virgílio diz que números bons da economia são resultado do governo FHC

O senador Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão feito na segunda-feira. O senador disse em Plenário que, antes da posse de Lula, todos diziam que o Brasil se tornaria um caos, mas o presidente, “com muita tranquilidade, exalta a paz, condena a guerra e mostra que este país é viável”.

Paim lembrou que a taxa de risco do país despencou, assim como a cotação do dólar. A queda do dólar, salientou, valoriza o salário do trabalhador. No ano que vem, acrescentou, o salário mínimo deverá estar ultrapassando o patamar de US\$ 100. Ele também assinalou que os índices de inflação estão caindo.

O senador manifestou seu descontentamento com a taxa de juros, mas observou que o próprio presidente, em seu pronunciamento, disse sonhar com a queda desse índice. Hoje, acrescentou o parlamentar, os jornais afirmam que o Brasil é moda no exterior.

– O governo Lula está de parabéns. Posso ter questionamentos sobre a reforma previdenciária, a tributária, o embate em torno do salário mínimo, mas no atacado, na macroeconomia, o governo está no caminho correto e o mundo sabe disso – afirmou.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) citou frase do gaúcho Alberto Pasqualini, para quem os juros altos não trazem perspectiva ao país, e sim o desemprego.



Paim cumprimentou Lula pelo pronunciamento sobre 100 dias de governo

Capiberibe defende novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia

Maioria das políticas aplicadas à região pretendeu apenas atender a necessidades externas, ignorando as comunidades locais e devastando enormes áreas, adverte senador

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu ontem a adoção de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, para que sejam aproveitadas as riquezas naturais da região e se coloque o ser humano no centro do planejamento econômico. Ele disse que a imensa maioria das políticas e projetos pensados para a Amazônia, desde a era da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial, destinou-se a atender necessidades externas.

— Essas políticas excluíram as comunidades locais e converte-



Capiberibe cita projetos de manejo florestal que já deram certo

ram imensas e ricas áreas de florestas em pastagens sem tentar conhecer os recursos naturais. As políticas neoliberais fracassa-

ram. Já desenvolvemos uma tecnologia de manejo florestal que mostra qual caminho deve seguir uma potência ambiental como o Brasil.

Capiberibe lembrou que as cidades amazônicas estão às margens dos rios e que o modelo de desenvolvimento criado pelo governo federal é predador do ponto de vista ambiental e excludente quanto ao social. Para o parlamentar, este é o momento de repensar o modelo de desenvolvimento para a região.

Como exemplo, o senador citou um projeto desenvolvido no

Amapá quando foi governador. No município de Laranjal do Jari, o governo do estado apoiou a união dos castanheiros em uma cooperativa para industrializar o óleo de castanha-do-pará em parceria com uma pequena indústria francesa.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) lembrou que, em seu primeiro pronunciamento no Senado, também questionou o modelo de desenvolvimento para a Amazônia. Já o senador Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu a utilização de biomassa para a geração de energia elétrica.



Para Suplicy, presidente da CRE, objetivo foi integrar Legislativo e Forças Armadas

Comissão promove debate com militares

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado promoveu ontem, no Auditório Petrônio Portella, debate denominado "O Congresso Nacional, as Forças Armadas e a Política de Defesa", organizado em conjunto com a CRE da Câmara e direcionado para militares. De acordo com o presidente da CRE, Eduardo Suplicy (PT-SP), o objetivo foi propiciar maior integração entre o Legislativo e as Forças Armadas, trocando idéias para uma política de defesa nacional.

Os assuntos mais questionados pelos participantes — cerca de 150 coronéis e capitães-de-mar-e-guerra — foram os relacionados à reforma da Previdência e à medida provisória (MP) que reestrutura a remuneração dos militares. Outro tema abordado foi o da criação de um fundo de saúde para os militares.

Sobre a reforma da Previdência, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que pode ser estudada uma forma de os militares continuarem pagando o fundo de pensão mesmo depois da reserva, visto que a qualquer momento eles podem ser convocados ao serviço. Já o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) salientou que não há condições de a Casa fazer alterações nas regras relativas às pensões dos militares da reserva.

O deputado Jair Bolsonaro (PTB-RJ), titular da CRE na Câmara, afirmou que, para aprovar um fundo de saúde para os militares, a "briga maior" acontece entre o ministro da Defesa, José Viegas Filho, e a equipe econômica do governo Lula.

REQUERIMENTO

Suplicy entregou ontem a notícia apostólica no Brasil, dom Lorenzo Baldisseri, requerimento aprovado na CRE conclamando o papa João Paulo II a reunir-se com as principais lideranças religiosas do mundo, para buscar o fim da guerra no Iraque.

Sibá propõe criação de zona franca de manejo florestal

A região amazônica precisa de uma zona franca de manejo florestal comunitário, com benefícios fiscais que permitam o desenvolvimento econômico sustentável e a ampliação do nível de renda da população local, afirmou o senador Sibá Machado (PT-AC).

Ele apresentou os resultados do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes, em Xapuri (AC).

O senador criticou o modelo tradicional de assentamento realizado na região, que, por não dotar de infra-estrutura os produtores, acaba funcionando "quase como campos de concentração".

— Um dos assentamentos, que



Medida permitirá o desenvolvimento sustentável, afirma S

isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o projeto.

A estimativa é que o projeto, que inclui o manejo de madeira em seis meses do ano em um terço da área do assentamento, poderia gerar 2 mil empregos diretos. Além disso, seriam gerados R\$ 256 mil por mês para os cofres estaduais.

deveria receber 4,5 mil famílias, já teve mais de 15 mil em rodízio — afirmou.

De acordo com os dados apresentados por Sibá Machado, a renda líquida mensal por trabalhador, no assentamento Chico Mendes, que hoje é de R\$ 553, chegaria a R\$ 837 se houvesse

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse que o presidente da República pode institucionalizar em junho, durante a Semana do Meio Ambiente, o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural da Amazônia (Proambiente).

— Tudo caminha para isso. O comitê gestor do programa avança com seu cronograma de discussão e ajuste de participação dos diversos agentes envolvidos, os ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura entre eles — informou a senadora.

Fátima Cleide explicou que há três anos o Proambiente tem sido



Fátima Cleide: programa tem sido laboratório de políticas públicas

um laboratório dos movimentos sociais para elaboração de políticas públicas "que garantam à família produtora melhor renda, alternativas de produção e qualidade de vida, mediante uso sustentável da natureza". Ela afirmou que o programa já é aplica-

do em 17 localidades da Amazônia e recebeu prioridade do Ministério do Meio Ambiente na alocação de recursos.

— É extraordinário e marcante para a democracia ver um projeto que saiu do Grito da Terra ser adotado pelo governo — disse, antecipando que o Proambiente terá um fundo para remunerar as famílias pelos serviços ambientais.

Raupp quer votação urgente da MP do Código Florestal

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apelou ao Congresso para que vote o Projeto de Conversão nº 10, de 2001, resultado das mudanças negociadas na Medida Provisória (MP) nº 2.166, de 2001, que altera o Código Florestal. O senador citou a MP como exemplo do descaso com as exigências constitucionais de urgência e relevância.

Raupp informou que a MP sofreu manipulações, segundo ele, por parte de organizações não-governamentais (ONGs) e políticos

oportunistas. A medida provisória original é de 1996, e o senador aponta a exposição de motivos que a acompanha como um "exemplo de irresponsabilidade e superficialidade criminosas". Cinco anos depois, em 2001, acrescentou-se novo artigo à MP que, conforme o senador, serviu apenas para garantir aportes financeiros a projetos incluídos no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais.

O senador defendeu a aprovação imediata do projeto de con-

versão, porque este leva em conta os zoneamentos e limitações de desmatamento impostos pelos estados aos proprietários de terra. Raupp lembrou que foram realizadas dezenas de audiências públicas pela comissão mista que examinou a MP, envolvendo sindicatos rurais, associações de extrativistas, tribos indígenas e até representantes de ONGs. Ele disse temer que, caso haja mais demora na votação, a MP volte a ter o texto original.



MP sofreu manipulações de ONGs e de políticos oportunistas, diz Valdir Raupp

Programação monetária é aprovada pela CAE

Plenário agora analisará projeções do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional sobre os rumos da economia entre abril e junho. Previsões abrem espaço para queda dos juros se indicadores continuarem favoráveis

Projeto incentiva emprego para deficientes e idosos

A concessão de incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física ou maiores de 60 anos poderá ser examinada por subcomissões temporárias encarregadas de analisar o tema no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A apresentação de requerimento ao Plenário com esse objetivo foi anunciada ontem pela senadora Patrícia Saboya (PPSCE), na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relatório favorável sobre as emendas da Câmara dos Deputados ao projeto foi apresentado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de ontem pelo senador César Borges (PFL-BA). Com as emendas aprovadas pelos deputados, a proposta, de autoria do ex-senador Iram Saraiva, estabelece que a dedução pela empresa só pode chegar a 5% do IR total devido e abrange tanto os deficientes físicos como os mentais:

— Os deficientes são talvez as maiores vítimas de discriminação no mercado de trabalho. A incorporação de deficientes e idosos à força de trabalho, quando feita de forma criteriosa, costuma apresentar bons resultados em termos de produtividade e aumentos na expectativa de vida dos excepcionais — afirmou o relator.

ARGUMENTOS

Com o objetivo de assegurar tempo para que Patrícia Saboya apresente seu requerimento, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu vista da proposta. Ele tam-



Patrícia acha que todas as propostas sobre o tema devem ser examinadas em conjunto

bém quer que no prazo de uma semana a equipe do Ministério do Trabalho possa opinar acerca do projeto.

Para a senadora pelo Ceará, que contou com o apoio do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), as diversas propostas em tramitação no Congresso com o objetivo de incorporar idosos e deficientes ao mercado de trabalho precisam ser examinadas em conjunto. Ela ponderou ainda que a matéria em análise na CAE deve ser melhor avaliada, já que iniciativas que impliquem isenção tributária devem prever as receitas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu a aprovação do projeto. Para ele, a proposta não chega a representar renúncia fiscal, mas apenas a abertura de uma nova perspectiva de dedução do Imposto de Renda. Ele também analisa que não há dúvidas de que as subcomissões serão favoráveis às emendas da Câmara ao projeto, apresentado originalmente em 1988.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável apresentado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) à programação monetária para o segundo trimestre deste ano, enviada ao Senado pelo Banco Central (BC). De acordo com o Conselho Monetário Nacional (CMN), responsável pelo documento, deve haver uma expansão no volume de moeda em circulação de 16,9% este ano. O projeto de decreto legislativo que faz parte do parecer aprovado pela CAE segue para votação em Plenário.

Esta foi a primeira vez que a programação monetária foi recebida pela CAE no início do período a ser analisado. O compromisso de enviar as metas monetárias no prazo adequado para a comissão foi assumido pelo líder do go-



Relator da proposta, Garibaldi viu falhas de informação mas a considerou consistente

verno, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Em sua análise, Garibaldi afirmou que a programação monetária, apesar de conter falhas de informação, é consistente e mostra uma tendência de melhora dos indicadores macroeconômicos, o que abre a possibilidade de redução das taxas de juros. Essa tendência, disse, estaria expressa na ampliação da liquidez real da economia.

A ampliação da base monetária prevista pelo CMN — superior à previsão da inflação para este ano (12,22% para o Índice de Preços ao Consumidor-Amplo, segundo o Banco Central) — é explicada, no relatório, pelo comportamento da demanda agregada e do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), fazendo a ressalva que o impacto da guerra no Iraque sobre a economia nacional ainda precisa ser melhor examinado.

Garibaldi reclamou que a programação monetária enviada não traz informações sobre a trajetória prevista para a taxa de juros neste ano.

— Apenas existe o compromisso do Comitê de Política Monetária para o trimestre de que a taxa de juros deve ser mantida, à espera da consolidação da tendência de queda da inflação e da melhoria no cenário externo — afirmou Garibaldi Alves Filho.

Audiência discute situação dos aeroportos

A situação dos aeroportos deverá ser debatida em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com o presidente da Infraero, Carlos Wilson. O pedido para a audiência foi feito pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que está preocupado com a superlotação dos principais terminais do país — Santos Dumont, no Rio de Janeiro, Congonhas, em São Paulo, e o da Pampulha, em Belo Horizonte —, causada pelo aumento da demanda aérea nacional.

Azeredo também quer informações sobre os planos da Infraero para o outro aeroporto da capital mineira, o de Confins, localizado no entorno de Belo Horizonte e



Eduardo Azeredo apresentou requerimento para ouvir presidente da Infraero na CAE

que, segundo afirmou, está ocioso e poderia ser aproveitado para o transporte de cargas. Ele demonstrou, ainda, preocupação com a ociosidade do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro.

Os senadores aprovaram também requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para ouvir em audiência pública o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), sobre a aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que completou três anos de aprovação. As duas reuniões serão marcadas pela secretaria da comissão.

Na mesma reunião, a CAE rejeitou a proposta de obrigar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a aplicar no mínimo 22% dos recursos de seu sistema no financiamento de projetos do setor de agroindústria.

Deputados gregos visitam CAE e Sarney

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) receberam ontem a visita de uma comitiva de parlamentares gregos, acompanhados do embaixador Efstratios Doukas. Eles manifestaram o interesse de intensificar as relações de cooperação e de amizade com o Brasil e informaram que a Grécia busca maior aproximação com a América Latina.

Ao convidar os integrantes da CAE e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a visitar a Grécia, em espe-

cial no ano que vem, quando se realizarão as Olimpíadas de Atenas, o embaixador revelou que ele e seu país têm admiração pelo desempenho do futebol brasileiro. A delegação ainda irá aproveitar a viagem para encontrar-se com empresários e autoridades do estado de São Paulo.

A delegação parlamentar grega — composta pelos deputados Joannis Diamantidis, Joannis Thomopoulos, Anastacios Nerantzis e Antonios Skyllakos — esteve também com o presidente do

Senado, José Sarney. Na audiência, Sarney salientou a importância da herança e da cultura gregas, como a democracia e os Jogos Olímpicos. A comitiva retribuiu visita de parlamentares brasileiros no ano passado.

Também foram recebidos pelo presidente do Senado a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que veio à Casa a convite da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), e o presidente do Conselho de Comunicação Social, José Paulo Cavalcanti Filho.



Parlamentares gregos visitaram ontem a CAE e, em seguida, foram recebidos em audiência pelo presidente do Senado, José Sarney

Para José Jorge, agências devem manter autonomia

Ele apoia proposta de Arthur Virgílio que institui controle externo, mas critica projeto de deputada que permite reduzir mandato dos diretores

O senador José Jorge (PFL-PE) manifestou-se ontem contrário a projeto de lei da deputada Telma de Souza (PT-SP) que restringe a autonomia das agências reguladoras por meio da redução do mandato de seus conselheiros e diretores. De acordo com a proposta da deputada, os dirigentes poderiam, a qualquer tempo, ser exonerados pelo presidente da República.

De acordo com o senador, que foi ministro de Minas e Energia e presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a aprovação do projeto "subverteria toda a concepção das agências". Com isso, advertiu, a situação desses órgãos seria análoga à das antigas autarquias que fiscalizavam os serviços públicos, em sua maioria exercidos pelo próprio Estado, antes da Constituição de 1988.

Citando ensinamentos do professor Floriano de Azevedo Mar-



José Jorge afirma que órgãos reguladores são geridos sem influência de interesses políticos

ques Neto, da Universidade de São Paulo (USP), o parlamentar observou que "é a independência das agências que lhes dá legitimidade para exercer suas competências legais sobre o setor regulado".

Na sua opinião, o mandato dos dirigentes permite que essas instituições sejam geridas sem a influência de interesses políticos conjunturais.

José Jorge disse esperar que este projeto não seja uma sinalização da política que o atual governo pretende adotar em relação ao setor. O senador afirmou que prefere ficar com a frase da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que, em depoimento ontem no Senado, afirmou que "as agências reguladoras são imprescindíveis".

Em contraposição à proposta da deputada Telma de Souza, José Jorge elogiou o projeto de lei do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que cria o controle externo das agências reguladoras a ser exercido pelo Congresso Nacional. Para José Jorge, a primeira proposição representa o retrocesso, já a segunda um aperfeiçoamento, em vista de que é ao Senado que são submetidas as indicações do presidente da República para ocupar as diretorias das agências.

Demissão só por improbidade administrativa

As agências reguladoras federais foram criadas a partir de 1996, quando surgiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desde então, apareceram outras sete, responsáveis pela regulação e fiscalização de atividades tão diferentes como planos de saúde (ANS), petróleo e gás (ANP), telecomunicações (Anatel), transporte

terrestre (ANTT), transporte aquaviário (Antaq), recursos hídricos (ANA) e vigilância sanitária (Anvisa).

O surgimento desse aparato regulador deve-se à reforma do Estado empreendida pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que transferiu parte das atribuições de ministérios e estatais para as agências que, por serem autarquias

especiais, possuem independência administrativa e financeira, autonomia decisória para regulamentar o setor em que atuam.

Nomeados pelo presidente da República, os dirigentes têm mandato fixo e não podem ser demitidos, a não ser em casos como improbidade administrativa e condenação penal transitada em julgado.

Valadares cobra água potável de qualidade

Ao destacar a comemoração do Dia Mundial da Água, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que 75% da população brasileira não têm acesso à água potável de qualidade, apesar de o país possuir recursos hídricos consideráveis. Ele afirmou que o problema da escassez de água potável deve ser enfrentado como questão ecológica, de desenvolvimento nacional e de saúde pública.

Para o senador, os investimen-



Valadares pediu a realização de obras de saneamento

tos no setor devem focar uma reforma tarifária que cubra os custos de operações e expansão do sistema, para garantir acesso de água potável a toda população. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), cinco milhões de pessoas morrem, anualmente, de doenças transmitidas por parasitas que se disseminam na água, disse ele. A situação da coleta de esgoto é ainda pior: 71% dos habitantes do Sudeste têm co-

bertura de razoável qualidade, para apenas 33% no Centro-Oeste, 13% no Nordeste e 2% no Norte, comparou. Isso faz com que 70% das internações no Brasil sejam decorrência de doenças transmitidas pela água, a um custo de US\$ 2 bilhões por ano.

Valadares disse que, conforme a OMS, para cada dólar investido em saneamento ambiental são economizados quatro a cinco dólares de despesas com tratamento da saúde. Portanto, não investir em saneamento é péssimo uso do dinheiro público, afirmou Valadares. Em aparte, ele foi apoiado por João Capiberibe (PSB-AP).

Paulo Octávio preside a Subcomissão de Turismo

Após ser eleito presidente da Subcomissão Temporária de Turismo, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou ontem que a principal missão do colegiado será tornar-se um instrumento facilitador da implantação e execução de um Plano Nacional de Turismo. O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) foi eleito vice-presidente e a relatoria dos trabalhos da subcomissão ficará a cargo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O órgão funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Presente à reunião, o ministro do Turismo, Valfrido Mares Guia, disse esperar que Paulo Octávio dê-lhe oportunidade de comparecer à subcomissão a cada três meses para prestar contas sobre a implementação do plano que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá lançar no dia 29 deste mês.

Paulo Octávio ressaltou as "metas ambiciosas do ministério", que deverão integrar o Plano Nacional de Turismo. A previsão é de geração de 1,2 milhão de empregos e investimentos de US\$ 200 milhões, em parceria com a iniciativa privada, afirmou o senador, e capacitação de mão-de-obra e certificação de guias. O objetivo é dobrar o número de turistas naci-



Eleição de Paulo Octávio (D) foi acompanhada pelo ministro Valfrido Mares Guia

onais e atingir a meta de 8 milhões de turistas estrangeiros por ano.

O Brasil demorou a despertar para a importância do turismo, de acordo com Paulo Octávio, o que ocorreu apenas a partir da década de 90. Desde então, segundo o senador, o turismo nacional se expandiu, adquirindo importância no cenário interno e externo, chegando a receber, em 2000, mais de 5 milhões de turistas, e movimentando cerca de US\$ 4 bilhões em divisas. Em função desses resultados, a Organização Mundial de Turismo (WTO) colocou o Brasil como o país que mais cresceu no período 1996 a 2000, comemorou.

Mão Santa: novo órgão vai impulsionar atividade no país

O senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou como um gesto de grandeza do Senado a instalação da Subcomissão de Turismo, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O parlamentar saudou ontem, em Plenário, os senadores Paulo Octávio (PFL-DF) e Leonel Pavan (PSDB-SC), presidente e vice-presidente do colegiado.

A experiência de Pavan como prefeito por três vezes do Balneário Camboriú foi um dos pontos de inspiração para criação da subcomissão, segundo Mão Santa. "Trata-se de uma cidade bem cuidada e um dos principais pontos turísticos do país", assinalou. Com cinco membros ex-governadores, Mão Santa acredita que a subcomissão pode trazer grande impulso para uma atividade que "gera emprego, renda e felicidade".

O senador peemedebista aproveitou a oportunidade para exaltar o potencial turístico do Piauí. "Se Deus levou sete dias para criar o mundo, ele gastou pelos menos três fazendo o Piauí", comentou, afirmando que as cidades mais bonitas do mundo são Teresina, capital do estado, e Parnaíba, sua cidade natal.

Mão Santa destacou os 66 quilômetros do litoral piauiense, onde está encravado o Delta do Parnaíba, com 78 ilhas.



Mão Santa destaca a beleza das cidades do Piauí

Ministra alerta para fragilidade do setor elétrico

Dilma Rousseff defende na Comissão de Infra-Estrutura do Senado uma política que expanda a geração de energia para evitar novo racionamento. Ela também é favorável a que a Aneel seja mais técnica e menos política

Durante audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, advertiu ontem que ainda existem “todas as fragilidades” que levaram ao racionamento de energia iniciado em 2001. Conforme disse, a curto prazo é preciso levar em conta os problemas financeiros do setor, a sobra de energia conjuntural e a questão das tarifas. Dilma Rousseff ressaltou que existem diversos projetos em estudo pelo ministério referentes à expansão de geração de energia.

— A crise no setor elétrico é grave, mas não catastrófica.

De acordo com Dilma Rousseff, ao longo do tempo houve esvaziamento do Ministério de Minas e Energia, que seria hoje “absolutamente despreparado para as funções que exerce”, tanto do ponto de vista de informações gerenciais quanto da sua estruturação profissional. Por isso, afirmou, o ministério precisa contar com a colaboração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

— É inviável que o ministério tenha em seus quadros apenas nove

engenheiros e um economista. Tenho certeza que os ministros anteriores lutaram com muita dificuldade contra esse problema — observou.

A ministra ressaltou que a agência reguladora no setor elétrico é hoje imprescindível, mas que deve ter mais funções técnicas e menos atribuições políticas. Para Rousseff, não é papel da agência nem definir política nem fazer planejamento. “A Aneel deve agir como fiscalizadora”, defendeu. Conforme ela, as agências reguladoras têm de ser “extremamente profissionalizadas”, com plano de carreira e remuneração compatível com o mercado para não perder profissionais facilmente.

DESVALORIZAÇÃO

Dilma Rousseff destacou que o setor elétrico sofreu profundamente com a desvalorização do real, uma vez que foi concebido para funcionar num quadro de taxa cambial de um real por um dólar. Ela disse ainda que a perda de rentabilidade das empresas de energia elétrica ocorreria mesmo se não houvesse racionamento de energia, já que

houve um processo de ajuste em relação às taxas cambiais.

Ainda de acordo com a ministra, o setor elétrico conta hoje com 7.500 megawatts médios sobrando, o que corresponde a 17% do mercado de consumo em uma produção total de aproximadamente 51 mil megawatts. Mas esse excesso, segundo afirmou, não dá tranquilidade ao setor nem torna desnecessária uma “política de expansão e de tentativa de resolução dos gargalos financeiros e ambientais”.

Em relação ao horário de verão, a ministra se posicionou favoravelmente à sua manutenção. Para Rousseff, a grande vantagem da medida é garantir o suprimento do sistema nos horários de pico, o que evita a necessidade de novos investimentos na geração de energia.

— Há benefícios reais para o sistema de todo o país. A economia de energia é pequena, mas se olharmos os horários de pico veremos que a economia é significativa. O horário de verão brasileiro é criterioso e deve ser mantido — defendeu.



Dilma Rousseff, ao lado de José Jorge (C) e João Batista Motta, disse que o Ministério de Minas e Energia está despreparado para suas funções

Dilma Rousseff é questionada sobre apagão, preço do gás e garimpo

Na audiência sobre o setor elétrico, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu a adoção, pelo governo, de posições claras que garantam aos investidores brasileiros e estrangeiros a certeza de que o país não enfrentará novas crises de energia. Segundo a senadora, um país em desenvolvimento não pode retomar o crescimento econômico sem antes criar infraestrutura capaz de receber novos investimentos, principalmente no setor elétrico. Ela se mostrou preocupada também com os aumentos do gás de cozinha (GLP), que, observou, “vêm dilapidando orçamentos domésticos” de famílias de baixa renda.

Em resposta, a ministra informou que existe atualmente sobra de energia elétrica no país. Quanto ao preço do gás, Dilma Rousseff disse que sua pasta está estudando fórmulas

de redução dos preços do botijão, como o uso de parte dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Já o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) quis saber como o governo vê a questão da garimpagem no país. Dilma Rousseff afirmou que o Ministério de Minas e Energia “está sensível ao problema”, por entender que o garimpo é uma forma de geração de emprego e renda, sendo, portanto, atividade que garante a sobrevivência de milhares de pessoas.

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) mostrou-se preocupado com a cobrança do “seguro-apagão”, e indagou se o imposto continua-

rá sendo cobrado. Segundo Rousseff, alguns estados estão pagando pelo que está sendo disponibilizado para geração de energia, por meio de usinas térmicas emergenciais. Mas lembrou que o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul não possuem esse tipo de usina e, portanto, não estão sendo taxados.

AGÊNCIAS

Nos debates, a ministra defendeu o fortalecimento e maior profissionalização das agências reguladoras, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Mas advertiu que as agências não podem ser independentes, e sim autônomas, com a finalidade de cumprir políticas de governo. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que foi ministro de Minas e Energia no governo Fernando Henrique Cardoso, também destacou o papel das agências, e disse que “elas só são descartáveis quando existe o monopólio”, como o do petróleo.

O senador João Batista Motta (PPS-ES) cobrou a instalação de redes de energia elétrica na zona rural. Segundo ele, o projeto Luz no Campo não atendeu à demanda. Ela respondeu que a medida exige aplicação de grandes recursos, mas adiantou que é “questão de honra do governo Lula” universalizar a energia no campo.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) aplaudiu a ideia do governo de universalizar a energia no campo, e pediu à ministra que invista na implantação de minicentrals elétricas e painéis solares nas regiões mais distantes. Também tomou parte dos debates o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que enalteceu a clareza da exposição da ministra.

Horário de verão e retorno de investimento preocupam

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) sugeriu à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, a realização de debate popular sobre o horário de verão. Ele afirmou que uma campanha esclarecendo sobre os objetivos da medida pode ter resultados melhores que os atingidos com a adoção do horário, que, disse, “traz desconforto à população”.

Segundo a ministra, a proposta tem fundamento. Ela afirmou estar aberta a qualquer processo de discussão popular. Em exposição antes da intervenção do senador pelo Acre, Dilma Rousseff declarou que o horário de verão será mantido.

— Teríamos boas surpresas com os resultados excelentes que conseguiríamos, especialmente pelo exercício da cidadania e da participação popular — defendeu Mesquita Júnior.

Respondendo à senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), Dilma Rousseff observou que o setor elétrico apresenta retorno de investimentos a longo prazo, por

isso as garantias dadas pelo governo aos investidores deverem ter o mesmo alcance. A ministra adiantou que haverá reestruturação no setor levando em conta essa premissa.

— É preciso garantir a estabilidade de investimento no setor elétrico, acabar com a hipótese do curto prazo. Qualquer sistema sofre o efeito das variações econômicas. O problema é diminuir a volatilidade disso. Estabilizar o setor é fundamentalmente dar condições de fechar contratos em prazo compatível com o retorno do investimento, e o retorno é de médio a longo prazo. As garantias têm que ser de longo prazo também — explicou a ministra.

EXPANSÃO

Em resposta ao senador Duciomar Costa (PTB-PA), Rousseff ressaltou que no setor elétrico é preciso planejar o futuro, de modo



Senadores também indagaram à ministra sobre os riscos de novos apagões e as privatizações no setor de energia elétrica

que o país cuide da expansão para garantir energia no futuro.

A ministra disse ao senador Delcídio Amaral (PT-MS) ser favorável à criação de um instituto de estudos de planejamento para o setor elétrico, com a atribuição de elaborar subsídios às políticas governamentais.

— Isso para nós é estratégico, e cumprirá um papel importante — declarou.

Para a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), a ministra afirmou que é contra a privatização das distribuidoras de energia e a política de financiamento da privatização de distribuidoras. “Isso não vai continuar”, afirmou.

Sarney promete a artistas aprovar a lei antipirataria

Presidente do Senado recomendará às lideranças partidárias que apoiem tramitação do projeto em regime de urgência e sem emendas

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem, em audiência concedida a artistas e empresários, que deverá ser aprovado pelo Senado, ainda neste semestre, projeto de lei da Câmara visando o combate à pirataria. Sarney garantiu que recomendará às lideranças partidárias tramitação em regime de urgência e sem emendas, para que não precise retornar à Câmara.

José Sarney disse que a pirataria é um problema

muito grave, porque "atinge diretamente a música brasileira, uma das expressões mais importantes da cultura nacional".

— Hoje, com a globalização, a única coisa que conserva a identidade de um país é a cultura popular, e nada a representa melhor no Brasil do que a nossa música. Os artistas fazem parte do imaginário popular e devemos preservá-los quando são vítimas desse processo de pirataria. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e vou pedir aos líderes urgência para que, ainda neste semestre, possa ser votado — frisou.

Os cantores Tony Garrido,



Entre Leonardo e Martinho da Vila, senador Edison Lobão disse que CCJ votará o projeto na terça-feira

Martinho da Vila, Alcione, Gabriel O Pensador, Xandy, Leonardo, Paraná e a dupla Gian e Giovanni estavam acompanhados do diretor da Associação Brasileira de Produtores de Discos (ABPD), Paulo Rosa. Eles ressaltaram que, além do prejuízo pessoal em direitos autorais não arrecadados, estão preocupados com o desemprego do pessoal técnico e a dificuldade de lançamento de novos talentos decorrentes da crise no setor fonográfico. Lembraram a perda tributária da Receita Federal.

Os artistas foram depois à CCJ, onde se encontraram com o presi-

dente, senador Edison Lobão (PFL-MA), que apoiou as reivindicações do grupo e anunciou que colocará o projeto antipirataria na pauta da próxima reunião da comissão, na terça-feira. Lobão garantiu que fará um apelo aos integrantes da comissão pela aprovação da matéria sem emendas, para não atrasar sua tramitação.

O grupo ainda foi recebido pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que prometeu apoiar o projeto e também propor a criação de uma subcomissão no Senado e de um grupo interministerial no governo para tratar especificamente do assunto.

— Só repressão é insuficiente. É fundamental baratear o custo do CD original e, ao mesmo tempo, conscientizar os consumidores. Hoje o Brasil é o terceiro país do mundo em pirataria e isso não pode continuar assim. Estamos destruindo receita, emprego e os direitos dos que, com seu talento, gravam e depois não recebem nada, enquanto o crime organizado se beneficia indevidamente — disse.

Iris quer mecanismos contra exploração sexual

Recente reportagem de TV sobre uma adolescente que estava sendo prostituída pela própria mãe levou a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) a sugerir ontem que, além do combate à fome, o governo Lula da Silva ofereça modelos alternativos



Iris: o combate à prostituição infantil exige famílias estruturadas

para cerca de 1 milhão de jovens brasileiros "que não estudam, não trabalham, não têm opções de lazer e, por isso, são presas fáceis do crime organizado, tanto do tráfico de drogas quanto da exploração sexual".

A senadora relatou que, quando foi primeira-dama de Goiás, angustiada com o número crescente

de crianças perambulando pelas ruas de Goiânia, saiu nas madrugadas para convidá-las a tomar um lanche com ela no palácio.

— Recebemos uma multidão de crianças, que foram encaminhadas aos órgãos de assistência a menores, mas não tive êxito — admitiu ela.

As crianças, disse Iris, já estavam acostumadas à liberdade e à falta de regras das ruas, e a única maneira de evitar que elas ficassem nas ruas seria deter o processo ainda na família.

Na avaliação da senadora, para acabar com a prostituição de jo-

vens e crianças no país será preciso mais do que alimentar quem está passando fome.

— A exploração de crianças e adolescentes é como o uso de drogas ou qualquer outra peste semelhante, que, uma vez tendo contaminado a sociedade, não será assim tão facilmente erradicada — afirmou.

A prostituição infanto-juvenil, lembrou Iris de Araújo, é vendida no exterior como atrativo turístico, apesar da legislação modelar sobre o assunto, das incontáveis iniciativas parlamentares, de esforços do Executivo e do trabalho de organizações não-governamentais.

— No entanto, nada nos faz acreditar que esse problema esteja diminuindo, pelo contrário — avaliou a senadora.



Patrícia Saboya (D) participou ontem da instalação da frente, que já mobilizou 22 senadores e 111 deputados nesta legislatura

Instalada Frente de Defesa da Criança e do Adolescente

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) participou ontem da instalação da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente desta legislatura. Patrícia e a deputada Maria do Rosário (PT-RS), que devem integrar a coordenação colegiada da frente, mobilizaram 22 senadores e 111 deputados para integrar a iniciativa.

Criada há dez anos, a Frente de Defesa da Infância terá como

principais tarefas a luta contra a redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos, e a viabilização de mecanismos de aumento dos recursos para os fundos da infância e da adolescência, segundo a senadora. Para Patrícia Saboya, é dever dos participantes "contagiar os corações das pessoas para que elas sejam parceiras na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes".



Sarney (C) disse a Emilia que o Senado é Casa aberta à luta pela afirmação das mulheres

Sarney e Emilia Fernandes debatem direitos da mulher

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a secretária especial de Políticas para Mulheres do governo federal, Emilia Fernandes, que manifestou a disposição de trabalhar em sintonia com o Congresso Nacional, e em especial com as bancadas femininas nas duas Casas, "na defesa dos interesses das mulheres e na construção da igualdade".

— Saímos dessa audiência com o presidente Sarney na certeza de que o Senado é uma Casa aberta à luta pela igualdade e pela afirmação das mulheres no contexto nacional. Viemos comunicar-lhe nossa expectativa de que o Senado atue como parceiro das lutas das mulheres, e dele ouvimos palavras de otimismo sobre o nosso papel no momento de grandes

mudanças no país. Era isso mesmo que esperávamos, porque o presidente Sarney é uma pessoa altamente sensível, que administra a Casa com transparência e respeito pelo povo brasileiro — afirmou Emilia.

A secretária disse que pretende trabalhar "afinada" com senadoras e deputadas, e defendeu a manutenção de dispositivos especiais para as mulheres, inclusive os que permitem que elas se aposentem primeiro.

— São conquistas legítimas que correspondem à sobrecarga social das mulheres durante toda a vida. Quando houver igualdade na distribuição de tarefas entre homens e mulheres, elas poderão ser revogadas, mas, por enquanto, precisam ser mantidas — enfatizou.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Alberto Silva, Mão Santa e Augusto Botelho e pela senadora Serys Slhessarenko